

Retorno

Soldados portugueses libertados pela Frelimo

APARENTEMENTE sem o esperar, foram libertados 197 militares portugueses prisioneiros da FRELIMO. No acto da libertação, Samora Machel interpretou o facto como sendo o fim simbólico de uma guerra de dez anos. Segundo os militares libertados, os portugas irromperam em manifestações de júbilo e deram vivas à Libertação e à FRELIMO. Os prisioneiros apresentavam-se em boas condições físicas e mentais.

O chefe da FRELIMO referiu que a libertação se deu «as boas intenções demonstradas pelo Governo Português» e lembrou que se a FRELIMO durante os anos de guerra, sempre respeitou as convenções internacionais e tratou os prisioneiros de guerra com justiça, o mesmo não sucedendo do lado dos portugueses, que muitas vezes torturava e matavam os soldados da FRELIMO, afirmou ainda aquele dirigente.

Regresso de comandos

COMECARAM a chegar a Lisboa alguns dos comandos militares cujas funções estavam a serem assumidas por António Marques do Alto Comissário Almirante Vítor Crespo. Algumas fontes de informação, nomeadamente a agência France Presse, interpretaram o regresso como sendo o reflexo de medidas de desarmamento dos dirigentes do Exército e da Polícia cujo comportamento foi julgado hesitante durante os recentes acontecimentos de Moçambique.

No entanto, o Gabinete do Chefe do Estado Major das Forças Armadas, interrogado sobre o assunto, informou que esse regresso é perfeitamente normal e não implica necessariamente alterações em pontos importantes.

M. F. A.: a defesa do Programa

... AS FORÇAS ARMADAS, como uma parte integrante do povo português, são uma força activa no processo de democratização da vida nacional, como a gigantesca e complexa tarefa de descolonização em África... Afirma-se no editorial no recentemente do "Boletim do MFA".

No mesmo boletim afirma-se a dada altura que "os militares têm seguido o desenvolvimento do processo político actual, através das declarações públicas de todos os chefes militares, nomeadamente das alocações do Presidente da República e do Chefe de Estado-Maior-Generais das Forças Armadas, nas suas visitas às unidades e guarnições". E mais à frente em relação à defesa do cumprimento do programa de libertação de Angola, afirma-se que não se permitirá que se conflite a necessária inserção partidária das Forças Armadas com a inserção política, na medida em que está expresso no programa de libertação de Angola, na hora presente, por parte das F.A.

"Ao realizar o 25 de Abril, não dependeu da minha acção revolucionária que viaa rapidamente o desenvolvimento de medidas fundamentais de que havia sido esboçado pelo regime deposto o MFA empenhou-se numa opção política claramente definida no seu programa em defesa da qual se mantem intransigente.

Caçadores anulam reacção latifundiária

UMA reunião-debate que visava a análise da Nova Lei da Caça recentemente publicada a maioria esmagadora dos 160 mil caçadores existentes em Portugal, foi neutralizada mesmo antes de se iniciar, no pavilhão do Estádio da Luz, quando na noite de 15 de Setembro cerca de três milhares de pessoas, directamente intervenientes nos problemas venatórios, apareceram rudemente os promotores da dita, — de cuja comissão faziam parte os seguintes conhecidos latifundiários e grandes industriais —: "Albino", "Babinho", "Babão" a algumas dezenas de contos em publicidades floridas com linguagem vivamente demagógica e confusionista, prendendo, por exemplo, que a Nova Lei, ao extinguir os armariaços como centros de caça, limitou as áreas cotadas e aumentando as contribuições sobre os cotos, colocava em risco de desemprego milhares de trabalhadores rurais.

A comissão promotora, que não últimos dias havia estado a algumas dezenas de contos em publicidades floridas com linguagem vivamente demagógica e confusionista, prendendo, por exemplo, que a Nova Lei, ao extinguir os armariaços como centros de caça, limitou as áreas cotadas e aumentando as contribuições sobre os cotos, colocava em risco de desemprego milhares de trabalhadores rurais.

A comissão promotora, que não últimos dias havia estado a algumas dezenas de contos em publicidades floridas com linguagem vivamente demagógica e confusionista, prendendo, por exemplo, que a Nova Lei, ao extinguir os armariaços como centros de caça, limitou as áreas cotadas e aumentando as contribuições sobre os cotos, colocava em risco de desemprego milhares de trabalhadores rurais.

Jornais mudados jornal ressuscitado

DIVERSAS sanções se abataram sobre a imprensa esta semana, emanadas da comissão "ad hoc" cujas funções cessarão logo que a Lei de Imprensa for aprovada. Foi o "Jornal da Manhã", o "Jornal do Trabalho" e o "Jornal da Noite".

O periódico "Tempo Novo" ("jornal independente", que conta com a colaboração de elementos ligados ao CDS) foi suspenso por dois meses devido à publicação de uma carta aberta ao brigadeiro Otávio Saraiva de Carvalho. "Resistência", publicação ligada ao Partido Socialista, foi suspenso pelo seu artigo "Dor e luto" de feição ultra reaccionária. "O Raio" da Covilhã foi multado em 5 contos. Finalmente o EXPRESSO foi multado em 25 contos (ver pp. 6 e 10 deste número).

Mas nem tudo são más notícias. Conta-se a partir de hoje com um novo periódico: "A Batalha", jornal anarco-sindicalista que se publicava clandestinamente no âmbito da Confederação Geral do Trabalho entre 1919 e 1927, data da sua extinção, passa a sair no primeiro e terceiro sábado de cada mês, lançado por uma editoria cuja sede é a da Freixo de Azeitão.

Por outro lado, parece estar a ressuscitar a "banda desenhada" em Portugal, expressão entre todas capaz de crítica certa e eficaz de pessoas e instituições. Foi o primeiro número do "Jornal da Manhã" que fez do "regime em que vivíamos. Aparecerá à luz numa edição de originais portugueses, esta semana anunciada.

Que o papel da Imprensa é fundamental reconhecer os proprietários alentejanos ao fazer assinaturas em série de jornais reaccionários como o "Jornal da Manhã", e sobretudo em relação aos trabalhadores, segundo informação publicada esta semana.

"O Povo faz número mas não faz a consciência da Nação" diz o jornal aos seus leitores e o pátrio aos seus trabalhadores.

Mário Soares na América

O MINISTRO português dos Negócios Estrangeiros aprovou a sua presença no âmbito de abertura da ONU para desenvolver contactos com individualidades da diplomacia e da finança internacional.

Nem Nova Iorque teve um encontro com Robert McManara, presidente do Banco Mundial, a quem comunicou o interesse de Portugal pela obtenção de empréstimos daquela instituição bancária, após o bloqueio da política colonialista do anterior regime.

Em Washington, Mário Soares foi recebido no Departamento de Estado pelo embaixador McKelvey, e, para além de fazer uma exposição sobre a situação política portuguesa debates com ele a questão da concessão da base das Lajes e o desejo de Portugal de um significativo auxílio económico e técnico do E.U.A., como contrapartida para a utilização das Lajes. A esse respeito, Soares afirmou em entrevista à imprensa que "não está em dúvida quanto ao facto de Portugal estar disposto a renovar o acordo", que, como se sabe, já tem 23 anos.

O chefe da diplomacia portuguesa informou ainda que tentava apoiar a estadia em Nova Iorque para conversações com a representação da política cubana da Fundação das relações entre Lisboa e Pequim e de debater o caso de Macau.

Gulbenkian: novos rumos

A GULBENKIAN gasta mais electricidade do que a cidade de Évora, mas em salário do que... mais em... do que... Assim começava um programa da televisão que vinha há pouco tempo para dar ideia do ajustamento da instituição. Esse ajustamento e a canalização dos seus recursos em confronto com as necessidades do país têm sido ultimamente de diversos ataques.

O departamento de Múisica, primeiro com os seus sumptuosos festivais, depois com convites e encomendas a artistas estrangeiros, foi dos mais atingidos pelas críticas dos que punham em questão toda a orientação da política cultural seguida pela Fundação como política desadaptada do contexto português. Acusava-se de Serviço de Múisica — e, portanto, a sua omnipotente directora — de seguir uma política de promoção e de não atender às necessidades imediatas dos artistas e do público português.

Madelena Perdigão que, desde há dois anos, vinha agitando uma batalha, que o 25 de Abril acabou de destruir, deu o ponto de vista de que o que era preciso era oferecer o melhor que houvesse em todos os campos da música, fazendo-se desde a educação do público e a criação de escolas de dança, mas sem perder de vista. Apresenta a sua demissão.

Passos significativos no encontro com Mobutu ao novo estatuto da RTP

O encontro com Mobutu ao novo estatuto da RTP

O ENCONTRO de Mobutu com o General Spínola em Cabo Verde foi um dos acontecimentos-chave da semana. O encontro ocorreu no dia 15 de Setembro, em Luanda, quando o chefe de Estado angolano se reuniu com o chefe de Estado português para discutir o novo estatuto da RTP (Rádio e Televisão Portuguesa).

Embora não haja sido um encontro formal, a reunião foi extremamente produtiva, com os dois líderes acordando em vários pontos importantes para o futuro da comunicação social portuguesa. Segundo fontes próximas do processo, Spínola mostrou-se bastante aberto às sugestões de Mobutu, especialmente no que diz respeito à descentralização da estrutura da RTP e à melhoria da qualidade dos programas.

A reunião ocorreu em meio a uma atmosfera de cordialidade e respeito mútuo, refletindo o espírito de colaboração que se estabeleceu desde a revolução de 25 de Abril. Spínola destacou a importância de manter a unidade nacional e a liberdade de expressão, enquanto Mobutu enfatizou a necessidade de um sistema de comunicação que refletisse a diversidade cultural e política de Angola.



Spínola orienta através de Firmino Miguel?

Antes de o apreciar, cumpre observar como decorreu o encontro do Sal. As notícias de fonte oficial são curtas e pouco elucidativas. Apenas dizem que a problemática da descentralização em geral, e de Angola em particular, foi abordada. Em que sentido? — pergunta o leitor atento.

Uma hipótese verosímil é que o General Spínola tenha querido assegurar o respeito pela orientação do processo de descolonização em Angola, ao invés do que sucedeu na Guiné e em Moçambique. Assim, a cordialidade do encontro permitiu-lhe marcar pontos internos — sobre outras iniciativas governativas e, externamente — sobre outros interlocutores que poderiam querer ser os primeiros a dialogar sobre o futuro de Angola.

Dal também que Spínola se tenha feito acompanhar de dois homens de sua confiança: Firmino Miguel — a presença de Spínola no Governo Provisório, e Almeida Santos — considerado com maior peso na cotação spínolista. Porém, dos dois só o primeiro assistiu à conversa com Mobutu, o que leva a observar que Spínola estaria a transmitir a mensagem através do negociador essencial para o caso de Angola. O que é o mesmo que dizer que a Spínola a negociar a distância.

roder (e ultrapassar) pela teia dos poderes.

Os passos do Presidente da República, tendo, possivelmente, todas estas explicações lógicas, não se depauperam em dificuldades para que cumprir esta tarefa.

Antes do mais, tratar-se-á sobretudo de dificuldades externas. Ou seja, não parece verosímil que um sector ou fracção do poder constituído em Portugal queira

discutir ao General a orientação que quer dar ao caso, e muito menos a sua direcção directa das diligências a empreender. Pelo contrário. Não são as variáveis técnicas do poder a serem publicadas ou expulsores de poder, da descolonização de Angola, como não querem assumir a responsabilidade pela sua condução a entrevista do Major Melo Antunes é, por exemplo, muito

claro sobre a solução particular para Angola — vide pag. 11.

Havei quem queira tomar sobre si essa responsabilidade, e esse alguém ser Spínola — só conceia um salva-roupas a nível mesmo das zonas mais contrapostas do poder. Além do mais, há "batalha demagógica querente" para qualquer outro personalidade ou grupo nela arrancar uma posição interna, já de si com problemas ou dificuldades.

Continua pag. 6

Sá Carneiro convidado a ir ao Parlamento Europeu

Porquê, Mobutu?

Porquê a ideia de escolher Mobutu para o primeiro contacto de descolonização de Angola? Tentemos ser mais precisos e vejamos Spínola à aproximação com aquele chefe de estado. Deas razões essenciais a invocar são as seguintes:

1. Spínola pode preferir negociar com um chefe de estado que não transgreda a faz-lo diretamente com os movimentos de libertação, tendo chegado a um bico sem saída que seria a obrigação de transmitir em exclusivo o poder

Portugal e a melhor compreensão para os nossos problemas e vontade de conformando a nível da Bélgica e de intervenção na CEE.

Estilo europeísta consciente de que a questão da soberania da despolítica em Portugal importa a todas as democracias europeias e à própria CEE.

EXP - E quanto ao Mercado Comum?

F. S. C. - No Mercado Comunitário, não apenas os membros do Presidente Ortel, a quem entregamos uma nota sobre a importância de estabelecermos um diálogo permanente com a Comunidade dilidida à imprevisão portuguesa e chegada a Lisboa.

Também dirigentes e contactos longos com o Vice-Presidente Scarrizo e membros belgas e italianos do seu gabinete. O acultamento, muito laborioso revelou conhecimento cabal dos problemas económicos e financeiros portugueses.

Podemos explicar que o PSD pensa que a integração de Portugal na Europa é inevitável, desejável e deverá processar-se através de uma dinamização do actual acordo, aproveitando a cláusula do Artigo 12, que permite a ampliação de relações económicas e técnicas e a não discriminação dos nossos elementos relativamente aos trabalhadores dos países da CEE.

É significativo que tivessemos tido conhecimento em primeira mão, que a Comissão não só tinha decidido apoiar todas as iniciativas portuguesas, mas tomar ela própria a dianteira oferecendo apoio a Portugal. Há todo um leque de oportunidades a explorar. Ponto é que o sabemos aproveitar com



realismo e rapidez, apresentando não apenas as boas palavras e intenções eloquentes, mas planos concretos de actuação, elaborados até em colaboração com técnicos da CEE e da OCDE.

SEMANÁRIO DO Partido Popular Democrático

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

A venda na próxima terça-feira

CURSO DE ANÁLISE DE SISTEMAS
ANO LECTIVO DE 1974-1975
(DURAÇÃO 20 HORAS OUTUBRO 1974 — JULHO 1975)
A REALIZAR EM COLABORAÇÃO COM O NATIONAL COMPUTING CENTRE OF GREAT BRITAIN
8.º ANO DE REALIZAÇÃO EM LISBOA
3.º ANO DE REALIZAÇÃO EM PORTO
6 TURMAS A FUNCIONAR EM REGIME POST-LABORAL

Com o desenvolvimento em Portugal deste curso, já utilizado desde Setembro de 1966 em Inglaterra pelas principais escolas de Administração, Organismos Oficiais e Grandes Empresas Privadas, nomeadamente importantes Fabricantes de Computadores, pretende-se formar verdadeiros Técnicos de Informática, em número suficiente para corresponder às crescentes possibilidades oferecidas por tais meios e de que qualquer dirigente se não pode alhear.

Os participantes aprovados neste curso ficarão habilitados a integrar-se em qualquer equipa de informática em condições de, dentro do âmbito da sua formação de base e experiência profissional, analisar, compreender e lançar em processo de Gestão Automatizada, quer nos aspectos directamente ligados ao funcionamento do Computador, quer nos aspectos relacionados à preparação dos dados iniciais e exploração de resultados, concepção de documentos e redacção de Manuais de Instruções.

2.º PLANO DO CURSO
1 - Princípios Básicos de Processamento de Dados;
2 - Descrição dos Equipamentos (Hardware);
3 - Outras Considerações Básicas;
4 - Programação;
5 - Análise de Sistemas;
6 - Organização de Ficheiros e Processamento;
7 - Cálculo de Tempos;
8 - Sistemas de Informação e Bancos de Dados;
9 - Aspectos complementares da Análise de Sistemas;
10 - Casos Práticos.

EXTERNATOS

S.º VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) - tel. 84 88 64/5

MIRALGUES DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 - tel. 82 02 21/83 46 88

ALVARES CABRAL
Av. Grão Vasco, 1 (Benfica) - tel. 70 69 74/5

PREPARATORIO - LICEAL - COMERCIAL
4.ª CLASSE
ADM. INSTITUÇÕES — EXAMES «AD HOC»

ar.co CENTRO DE ARTE E COMUNICAÇÃO VISUAL
Rua de Santiago, 18 — Telefones 87 27 49 / 86 33 55 — LISBOA

ABERTAS AS INSCRIÇÕES
CURSO PINTURA
CURSO DESIGN
CURSO ESCULTURA

DURAÇÃO: 3 ANOS

O 1.º ANO (CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA) É COMUM AOS TRÊS CURSOS
HABILITAÇÕES: 5.º ANO DO LICEU OU EQUIVALENTE
Autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura